

AXIOLOGIA E LINGUÍSTICA: UMA REFLEXÃO SOBRE OS VALORES SOCIAIS E A MENTIRA NO CURRÍCULO DE POLÍTICOS

AXIOLOGY AND LINGUISTICS: ONE REFLECTION ABOUT THE SOCIAL VALUES AND THE LIE IN THE POLITICIAN'S CURRICULUM

Maria da Penha Pereira Lins¹

Rosani Muniz Marlow²

Resumo: Este artigo propõe uma reflexão sobre texto e valores na educação para uma sociedade democrática, considerando uma notícia política (EXAME, 2019), justificada pelo fato de a escola estar comprometida numa relação de forças de ação política que frequentemente a desqualifica. A metodologia faz a interface Axiologia (ARANHA, 1989; FREIRE, 1996), Linguística Textual (KOCH, 1999; 2011; [2004]2015; CAVALCANTE, 2016) e Pragmática (GRICE, 1982). Numa perspectiva linguística, a análise mostra uma organização textual estratégica da notícia, por parte da jornalista, para reprovação da mentira e exposição dos mentirosos e, por parte dos políticos, a negação da mentira e o esforço para atenuá-la ou recategorizá-la. Numa perspectiva sociopolítica, o processo de conscientização sobre valores deve fazer a conexão escola e vida. Assim, ao mesmo tempo em que a ética precisa fazer parte da formação política do aluno para (co)administrar a cidade para o bem-comum, espera-se que os governantes tenham essa formação e sejam exemplos de cidadania para os educandos, o que o fato noticiado contradiz. Por fim, numa perspectiva educacional, instituições e educadores comprometidos com o ideal crítico e democrático precisam desempenhar seu papel ético pelo necessário exercício da interação dialógica e da respeitosa convivência humana, para formar um cidadão crítico e uma sociedade democrática.

Palavras-chave: Axiologia. Organização Textual. Argumentação Pragmática. Desinformação.

Abstract: This article proposes a reflection about values in education for a democratic society, considering political news (EXAME, 2019), justified by the fact that the school is committed to a relationship of political action forces that often disqualifies it. The methodology makes the interface Axiology (ARANHA, 1989; FREIRE, 1996), Textual Linguistics (KOCH, 1999; 2011; [2004] 2015; CAVALCANTE, 2016) and Pragmatics (GRICE, 1982). From a linguistic perspective, the analysis perceived a strategic textual organization of the news, on the part of the journalist, for disapproval of the lie and exposure of liars, and, on the part of the politicians,

¹ Lins é doutora em Linguística pela UFRJ e professora permanente da UFES/PPGEL. E-mail: mpenhalins@gmail.com. Dezembro/2021.

² Marlow é doutora pela UFES/PPGEL e professora da FAMES. E-mail: rosanimarlow@gmail.com. Dezembro/2021.

the denial of the lie and the effort to mitigate or recategorize it. From a sociopolitical perspective, the process of raising awareness about values must make the connection between school and life. Thus, at the same time that ethics need to be part of the student's political education to (co) manage the city for the common good, it is expected that government officials have this training and be examples of citizenship for students, which the reported fact contradicts. Finally, from an educational perspective, institutions and educators committed to the critical and democratic ideal need to play their ethical role through the necessary exercise of dialogic interaction and respectful human coexistence, to form a critical citizen and a democratic society.

Keywords: Axiology. Textual Organization. Pragmatic Argumentation. Desinformation.

INTRODUÇÃO

A proposta deste artigo é refletir sobre a importância dos valores na práxis educativa para uma sociedade democrática, através da análise do projeto de dizer de uma notícia política, publicada pela *Revista Exame* e compartilhada em redes sociais, em maio de 2019, com os respectivos título e subtítulo: *Os ministros do governo Bolsonaro que mentiram no currículo: Mestrados e doutorados imaginários, omissões convenientes e autoplágio estão entre as inconsistências reveladas em membros da equipe*.³

Justifica-se a pesquisa pelo fato de que não existe educação neutra e, sendo assim, a instituição escolar está inserida e comprometida numa relação de forças de ação política. Faz-se necessário, então, promover meios de compreender e analisar os valores vigentes na política, que frequentemente perpassam o noticiário e que contribuem para a desqualificação da educação, da ciência e da escola pública.

Para isso, propõe-se uma interface teórica entre as seguintes áreas do saber: a Axiologia na Filosofia, para demonstrar a importância dos valores na educação para a sociedade, com vistas à formação ética e cidadã do educando; a Linguística Textual, para apreender o tópico, a referenciação e a intertextualidade no corpo noticioso e sua relação com a argumentação jornalística; e a Pragmática Linguística, com base na ruptura das máximas conversacionais da comunicação cooperativa, tendo em vista o emprego da mentira, entendido também como um desvio de conduta moral.

³ Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/os-ministros-do-governo-bolsonaro-que-mentiram-no-curriculo/?fbclid=IwAR3URvbaCZZGuoMy6_sQF6zd4avIVvzjyPdYjPGjCWIfqKxVciO5stjORI>. Acesso em 02 de jun. 2019.

Dessa forma, consideramos principalmente os estudos dos seguintes autores: o filósofo da linguagem britânico Paul Grice, em *Lógica e conversação* (1982); o filósofo e educador Paulo Freire, em *Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa* (1996); a filósofa e educadora Maria Lúcia de Arruda Aranha, em *Filosofia da Educação* (1989); a linguista e professora Ingedore Grünfeld Villaça Koch, em *Desvendando os segredos do texto* (2011), entre outras obras, e o jornalista e professor Francisco José Castilhos Karam, em *Jornalismo, ética e liberdade* (2014).

Muitas das posições freirianas discutem valores que precisam perpassar a práxis pedagógica, porque a educação é capaz de transformar as pessoas e, pela interação, mudar a sociedade. Assim, a Axiologia Filosófica reforça a importância do ensino dos valores pelo exemplo é abordado neste estudo como forma de reverberar os preceitos freirianos para a educação. Neste sentido, este artigo se organiza em três seções com a pretensão de apresentar (1) “A Axiologia Freiriana”, (2) “A Linguística e a Pragmática” (3) “Para (não) dar conta da mentira”.

A Axiologia freiriana

A Axiologia é uma disciplina da Filosofia que estuda os valores, teorias que surgem tardiamente, apenas no século XIX (ARANHA, 1989), o que contrasta com o ato de valorar, que sempre existiu e que “é uma tarefa humana e coletiva que nunca termina. Ele [o ato de valorar] fundamentará o projeto comum de dar um sentido ao nosso mundo” (ARANHA, 1989, p. 119). Valor é, pois, estabelecer “juízos de valor”. Avaliar uma realidade ou um conteúdo nos provoca atração ou repulsa.

Conforme entende Aranha (1989), é imprescindível a importância dos valores para a práxis educativa. No entanto,

[...] os valores transmitidos pela sociedade nem sempre são claramente tematizados, e até mesmo muitos educadores não baseiam sua prática em uma reflexão mais atenta a respeito. A educação se tornará mais coerente e eficaz se formos capazes de explicitar esses valores. (ARANHA, 1989, p. 119).

A filósofa faz uma reflexão de forma a estabelecer três esferas nas quais os valores contribuem na formação dos educandos e, assim, da própria sociedade: educação moral – para a formação de um sujeito autônomo; educação política – para a formação de um sujeito cidadão;

e educação estética – para a formação de um sujeito livre, ao mesmo tempo racional e afetivo (ARANHA, 1989).

No primeiro aspecto, Aranha lembra que a moral do ser humano não é inata: ele aprende a ser moral, e assim, o papel desempenhado pela educação é de suma importância, não para “aulas de moral”, mas para a sua prática, “por meio do processo mesmo da educação, enquanto a consideramos uma interação entre seres sociais: aprende-se moral pelo convívio humano” (ARANHA, 1989, p. 119). A filósofa explica, então, que o indivíduo deve ser livre e consciente – autônomo – para escolher os seus valores:

Tornar-se moral é assumir livremente regras que possibilitem o crescimento pessoal, entendendo-se pessoa como alguém que se integra em um grupo. Isso não é fácil, se pensarmos que a sociedade é plural e se constitui de valores conflitantes, diante dos quais devemos nos posicionar e escolher, ao mesmo tempo que aceitamos a divergência e o confronto de idéias [sic]. [...] Só então poderá rever maduramente os valores herdados e estabelecer propostas de mudança. (ARANHA, 1989, p. 120).

Na esfera política, Aranha entende que "a política diz respeito ao uso do poder que torna possível a administração da cidade, ou seja, o espaço da atuação do cidadão" (ARANHA, 1989, p. 120). Sendo assim, os valores de uma educação política favorecem a vida em comum, o espaço democrático. No entanto, forças hegemônicas estão em ação para despolarizar a educação. Nas palavras da autora,

[...] a educação das crianças e dos jovens tem atendido às expectativas dos grupos que detêm o poder em cada sociedade. Compreendemos, então, por que existe a escola dualista (uma para a elite e outra para os pobres, quando lhes é destinada alguma!). É a ideologia que nos impede de reconhecer que a exclusão de tantas pessoas das atividades escolares se deve menos à capacidade individual que às divisões propriamente políticas, que instauram o desequilíbrio do poder e, portanto, a dominação. (ARANHA, 1989, p. 120-121).

É, portanto, um desafio formar cidadãos e estimular o pluralismo numa sociedade que prega "segregação, preconceito, exclusão, quando as pessoas estão acostumadas a obedecer, porque a regra é o autoritarismo decorrente das relações fortemente hierárquicas" (ARANHA, 1989, p. 121). O desafio se percebe ainda na medida da desvalorização da arte: “A educação estética é instrumento de valorização integral do homem, isto é, de todo homem e de qualquer homem” (ARANHA, 1989, p. 121) e, sendo a estética a “faculdade de sentir”, de “compreender pelos sentidos”, a “arte tem um papel formador da personalidade” (ARANHA, 1989, p. 121). Por isso, muitos a tem como “subversiva”, pois

Não é um exagero dizer que a postura estética ajuda a evitar as formas petrificadas, rígidas e intransigentes, do moralismo ou do fanatismo político. Talvez porque a arte esteja na dimensão do “sonho acordado”, da utopia, que nada mais é do que a expressão da esperança. (ARANHA, 1989, p. 122).

Dessa forma, Aranha entende que os valores estão intrinsecamente alinhados a uma educação libertadora: “Educação e liberdade são inseparáveis porque a liberdade não é algo que nos é dado, mas uma conquista do homem ao longo de seu amadurecimento, de modo que ele aprende a ser livre” (ARANHA, 1989, p. 122). Assim, “a educação autêntica só pode ser a educação para a liberdade – e por meio dela –, a fim de que não se torne adestramento ou doutrinação.” (ARANHA, 1989, p. 122).

Os valores e a liberdade na educação também são pautas dos estudos freirianos. Considerando especialmente a sua última obra, *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa* (1996), Freire apregoa as exigências, as necessidades, os pré-requisitos, as bases, portanto, os valores que devem fazer parte da formação daqueles que se veem inseridos no processo de (auto)formação constante e na luta contra o modelo neoliberal opressor da educação brasileira. Para Freire, trata-se da questão “da formação docente ao lado da reflexão sobre a prática educativo-progressiva em favor da autonomia do ser dos educandos” (FREIRE, 1996, p. 9).

Sendo assim, Freire entende que, na relação docente e discente, deve haver a valorização da rigorosidade metódica, da pesquisa, do respeito aos saberes dos educandos, da criticidade, da estética e da ética, da corporificação das palavras pelo exemplo, da aceitação do novo e da rejeição da discriminação; da reflexão crítica sobre a prática e do reconhecimento e assunção das identidades culturais.

Continuando, sobre o ato de ensinar, ou seja, a relação educador e conhecimento, Freire aponta como valores necessários a consciência do processo educativo inacabado, o reconhecimento de ser condicionado, o respeito à autonomia do ser do educando, a curiosidade, o bom senso, a humildade, a tolerância, a luta pelos direitos dos educadores, a apreensão da realidade, a alegria, a esperança e a convicção de que a mudança é possível.

Por fim, considerando o ensino como especificidade humana, Freire aponta os seguintes valores como imprescindíveis ao professor: segurança do que ensina, competência profissional, generosidade, comprometimento, compreensão da educação como intervenção no mundo, liberdade, consciência da sua autoridade, bem-querer aos alunos, aptidão para a escuta e para o diálogo, e reconhecimento da condição ideológica da educação (FREIRE, 1996).

Em Freire, temos sua insistência em afirmar que “formar é muito mais do que puramente treinar o educando no desempenho de destrezas” (FREIRE, 1996, p. 10) e que é necessária a “eticidade que conota expressivamente a natureza da prática educativa, enquanto prática formadora” (FREIRE, 1996, p. 10). Freire cita exemplos ainda muito atuais do que significa ética na prática:

Falo [...] da ética universal do ser humano. Da ética que condena o cinismo do discurso [...], que condena a exploração da força de trabalho do ser humano, que condena acusar por ouvir dizer, afirmar que alguém falou A sabendo que foi dito B, falsear a verdade, iludir o incauto, golpear o fraco e indefeso, soterrar o sonho e a utopia, prometer sabendo que não cumprirá a promessa, testemunhar mentirosamente, falar mal dos outros pelo gosto de falar mal [...]. (FREIRE, 1996, p. 10).

Tais estudos sobre valores, como a ética, atestam que a educação, e assim, a escolha dos conteúdos e do método, está enraizada “– quer o professor saiba, quer não – em uma determinada concepção de homem e de sociedade, concepção essa que não é neutra, estando impregnada da visão política que a anima” (ARANHA, 1989, p. 151). Portanto, a formação do educador precisa levar em conta três aspectos, com ênfase, neste estudo, para a formação ética e política:

- * quantificação: o professor deve adquirir conhecimentos científicos indispensáveis para o ensino de um conteúdo específico;
- * formação pedagógica: a atividade de ensinar deve superar os níveis do senso comum, tornando-se uma atividade sistematizada;
- * formação ética e política: o professor deve educar a partir de valores e tendo em vista um mundo melhor. (ARANHA, 1989, p. 152).

Especificamente com relação à ética na educação, Freire fala aos educadores:

É por esta ética inseparável da prática educativa, não importa se trabalhamos com crianças, jovens ou com adultos, que devemos lutar. E a melhor maneira de por ela lutar é vivê-la em nossa prática, é testemunhá-la, vivaz, aos educandos em nossas relações com eles. (FREIRE, 1996, p. 10).

Portanto, como educador, convém que o professor seja um cidadão que se posiciona e um profissional “comprometido com o mundo e disposto a participar, lutando contra o trabalho degradante, a submissão política, a alienação da consciência, as exclusões injustas e as diversas formas de preconceito” (ARANHA, 1989, p. 153).

O propósito deste artigo, de refletir sobre os valores na educação com vistas à cidadania plena, liga-se também a estudos linguísticos sobre o texto, objeto multifacetado que, nesta análise, coloca-se na interlocução jornalista e cidadãos leitores na forma do gênero notícia política em ambiente virtual.

A disciplina Linguística Textual (LT) surgiu na Europa, particularmente na Alemanha, por volta dos anos 60, numa perspectiva sintático-semântica para o estudo de frases e textos e, a partir de então, construiu uma trajetória que expandiu sua visão atual para uma análise sociocognitiva interacional do texto (KOCH, 1999; [2004] 2015). Sendo assim, neste trabalho, assumimos a definição de Marquesi e outros, que entendem o texto e seus sentidos como

[...] um processo que envolve aspectos linguísticos (e não linguísticos), conhecimentos armazenados na memória que são constantemente atualizados, e as vivências socioculturais definidoras das situações de comunicação e dos papéis que os sujeitos podem assumir. (MARQUESI; PAULIUKONIS; ELIAS, 2017, p. 7).

Ao se tomar um texto como objeto de análise, urge identificar o gênero textual que materializou a ação comunicativa entre os interlocutores, no caso jornalista e leitores de notícias de jornal. Conforme estudos de Bonini (2011), mudanças de posicionamentos teórico-conceituais para gênero e suporte podem ser observados desde as propostas de Bakhtin ([1953] 1975; 1992), passando pelo advento da internet como mídia de acesso público, no início dos anos 90, e, ainda hoje, com os desafios, por exemplo, para o entendimento do hipertexto e suas possibilidades (KOCH, 2011). Sobre essa temática, define Bonini:

a) gênero – unidade da interação languageira que se caracteriza por uma organização composicional, um modo característico de recepção e um modo característico de produção. Pode ser de natureza verbal, imagética, gestual, etc. Como unidade, equivale ao enunciado bakhtiniano;⁷

b) mídia – tecnologia de mediação da interação languageira e, portanto, do gênero como unidade dessa interação. Cada mídia, como tecnologia de mediação, pode ser identificada pelo modo como caracteristicamente é organizada, produzida e recebida e pelos suportes que a constituem; e

c) suporte – elemento material (de registro, armazenamento e transmissão de informação) que intervém na concretização dos três aspectos caracterizadores de uma mídia (suas formas de organização, produção e recepção). (BONINI, 2011, p. 688).

Concordamos com Bonini que considerar que “o gênero realiza um propósito comunicativo” torna-se um problema de ordem epistemológica, visto que o gênero pode atender a mais de um propósito, além do significado subjetivo do próprio termo. Então, parece-nos mais

adequado também afirmar que “o gênero realiza uma prática social” (BONINI, 2011, p. 689), especialmente se considerarmos as notícias.

Como exemplo do *corpus* proposto para esta análise, foi selecionada uma notícia veiculada no ambiente virtual, que não apresenta a estrutura clássica do gênero – a pirâmide invertida –, cujo primeiro parágrafo da notícia – o lide – cumpre a função de sumarizar o fato coberto, através da resposta para as questões: o quê?, quem?, como?, onde? e por quê? Entendemos que, neste caso, o propósito de fiscalizar e de expor ou de confrontar (in)verdades reorganiza as estruturas da notícia para melhor servir às argumentações da jornalista e/ou da linha editorial do jornal.

Contemporânea ao surgimento da LT, a Pragmática nasce por volta dos anos 60, quando a Filosofia trazia importantes reflexões sobre a linguagem na perspectiva do seu uso. No entanto, diferente da LT que, à medida do avançar de seus estudos, visa e revisa o estatuto do texto, a Pragmática Linguística assume fenômenos da língua que estavam à margem dos estudos científicos porque não eram explicados pelo arsenal teórico linguístico disponível na época.

Na análise da notícia, além de refletirmos sobre valores sociais, as teorias da LT e da Pragmática dialogam para mostrar que a topicalização, a referenciação e a intertextualidade evidenciam a mentira e o esforço para recategorizá-la. Nos estudos sobre o texto, desenvolvidos pela LT, vários campos se abrem, sendo de interesse para esse trabalho considerar, de forma sucinta, as noções de tópico discursivo, argumentação, referenciação e intertextualidade, aliando-as ao princípio da cooperação e suas máximas, para uma tentativa de análise do fenômeno da mentira.

Para Cavalcante, a argumentação é constitutiva do discurso, mas é no texto que ela se expressa. A autora esclarece que, diante das diversas concepções teóricas sobre a argumentação⁴, a LT “sempre, e por diferentes conduções metodológicas, incluiu a argumentação como um pressuposto inegável e como uma motivação para a análise de diversas estratégias de organização textual” (CAVALCANTE, 2016, p. 107). Além disso, que

[...] a LT pode contribuir para uma análise da argumentação nos discursos, pois os critérios analíticos da LT são como que motivados por uma tentativa de explicação para as escolhas textuais pelas quais o sujeito age sobre o seu dizer, reelaborando-o a todo instante, negociando-o com os prováveis interlocutores (em seus papéis sociais), para atender a seus propósitos. (CAVALCANTE, 2016, p. 116).

⁴ Cavalcante (2016) apresenta um panorama das abordagens da argumentação em textos em quatro blocos: (1) trabalhos que são orientados pela Teoria dos Blocos Semânticos; (2) estudos que seguem a Análise Textual dos Discursos, proposta por Jean-Michel Adam; (3) estudos que adotam os critérios da Semiolinguística de Charaudeau e (4) estudos que lançam mão dos postulados da Retórica e da Nova Retórica.

Citando, por exemplo, os estudos de Ruth Amossy na linguística do discurso, Cavalcante defende que é possível depreender, via LT, as estratégias textuais de mobilização do *logos*, do *ethos* e do *pathos*⁵,

- pela escolha do gênero discursivo e das práticas discursivas que lhe são associadas;
- pela sequência textual dominante;
- pelos meios de organizar a manutenção e a progressão tópica;
- pelos jogos intertextuais;
- pelas marcas de heterogeneidade enunciativa e por quaisquer outras indicações do agenciamento de vozes;
- pelos indícios da referenciação;
- pelas formas de metadiscurso;
- e pelas indicações interacionais da polidez linguística. (CAVALCANTE, 2016, p. 118).

Quanto ao tópico discursivo, Cavalcante (2014, p. 80) define-o como tema central de um texto, não necessariamente identificável na superfície do texto, porque ele pode estar relacionado tanto aos aspectos cotextuais quanto ao contextuais. “Desse modo, a identificação dos tópicos ficará atrelada ao conjunto de todo o evento comunicativo” (CAVALCANTE, 2014, p. 81). A autora também entende a “topicalidade” como “princípio organizador de um texto” (CAVALCANTE, 2014, p. 89), fator deveras importante para a construção dos sentidos e para o desenvolvimento argumentativo do texto.

Concordamos com Jubram (2006), que entende o tópico como uma categoria abstrata e analítica que serve como fio-condutor da organização textual-interativa e que apresenta duas propriedades: de centração e de organicidade. A propriedade tópica da centração é manifestada quando os enunciados apresentam um conjunto de referentes que são concernentes entre si, relevantes e localizáveis no texto.

Já com relação à propriedade da organicidade, esta segue-se num plano hierárquico, com estabelecimento de ordenação e subordinação, e, num plano de linearidade, com a continuidade, descontinuidade ou transição entre tópicos. O quadro 1, a seguir, organiza os desdobramentos do tópico discursivo, com base em Jubram (2006):

Quadro 1 - Propriedades do tópico discursivo (JUBRAM, 2006)						
Centração			Organicidade			
Concernência	Relevância	Pontualização	Plano Hierárquico	Plano Linear		
			Quadro tópico	Continuidade	Descontinuidade	Transição

⁵ *Logos* [lógica], *ethos* [ética] e *pathos* [sentimentos, emoções] são, nos estudos retóricos, pilares da persuasão.

			Supertópico Subtópico		Ruptura Cisão Expansão	Superposição Movimento
--	--	--	--------------------------	--	------------------------------	---------------------------

Fonte: produção nossa

Sobre referenciação, os referentes, ou objetos de discurso, são entidades, representações, dadas e percebidas no texto a partir do uso de expressões referenciais, que podem ser termos repetidos, pronomes, elipses ou termos sinônimos. Sua principal função, por força do nome, é referir e, assim, elaborar uma dada realidade, construir uma versão de fatos, reelaborar práticas sociais pela linguagem.

Cavalcante (2014) afirma que o processo de construção de referentes implica assumir que a linguagem não expressa uma realidade pronta e acabada e que isso “não significa dizer que o papel da linguagem é ludibriar, é maquiagem a realidade, é disfarçar a verdade” e “se isso é usado para fins mais ou menos lícitos, é algo que, pelo menos em princípio, escapa ao estudo da linguagem” na perspectiva da referenciação (CAVALCANTE, 2014, p. 105). Sendo assim, um dos fenômenos da referenciação é a recategorização dos objetos de discurso, que é “a possibilidade de um referente [introduzido] passar por mudanças [e ser recategorizado] ao longo do texto” (CAVALCANTE, 2014, p. 106) por questões diversas.

Cavalcante (2014) também aponta que o conceito de intertextualidade tem origem na crítica literária e no dialogismo bakhtiniano, mas “em princípio, os processos intertextuais podem apresentar-se em qualquer gênero, dentro de qualquer domínio discursivo” (CAVALCANTE, 2014, p. 146). A intertextualidade constitui-se na relação estabelecida entre textos e é percebida através de evidências tipográficas mais evidentes, configurando relações de copresença textual, ou de pistas inferenciais mais sutis, em relações de derivação textual.

O quadro 2, a seguir, reorganiza as relações intertextuais segundo Piègay-Gros (1996), citado por Cavalcante (2014, p. 146), com nossas inserções:

Quadro 2 - Relações Intertextuais		
Relações de Copresença		Relações de Derivação
Explícita	Implícita	Paródia
Citação [direta] Referência	Plágio Alusão	Travestimento burlesco [satirização] Pastiche [imitação] [Citação indireta ou paráfrase]

Fonte: Cavalcante (2014, p. 146). Adaptação nossa.

A Pragmática, por seu turno, estuda os contextos da língua em uso, as escolhas linguísticas dos falantes, para dar conta de situações comunicativas e suas intenções na

interação. O americano Paul Grice está entre vários filósofos que trouxeram importantes contribuições para a Linguística, entre as décadas de 60 e 70, porque partiam de um ponto de vista diferente dos estudos estruturalistas e gerativistas da época.

Para Grice, na interação comunicacional, os falantes agem, na prática, orientados por uma espécie de contrato conversacional implícito, cujo princípio geral é: “dê a sua contribuição conversacional tal como requerida, na altura em que ocorre, pelo propósito ou direção aceitos da troca verbal na qual você está envolvido” (GRICE, [1975] 1982, p. 126). Para o filósofo, as pessoas estão normalmente fornecendo uma quantidade apropriada de informação, estão dizendo a verdade, sendo relevantes, e tentando ser claras o quanto podem (GRICE, 1982).

Conforme Grice (1982), o princípio cooperativo organiza-se em máximas conversacionais de quantidade, qualidade, relação e modo, representadas sucintamente no quadro 3, a seguir.

Quadro 3 - Máximas Conversacionais do Princípio da Cooperação (GRICE, 1982)			
Quantidade	Qualidade	Relação	Modo
Informar o necessário: nem mais nem menos do que aquilo que é fundamental para os objetivos de uma interação verbal.	Ser verdadeiro: não afirmar o que crê ser falso e não afirmar aquilo que não pode confirmar veracidade.	Ser relevante; ser pertinente em relação ao objetivo da conversa.	Ser claro, ordenado e breve.

Fonte: produção nossa

O princípio de cooperação dá credibilidade aos locutores porque, em tese, locutor e interlocutor estão cumprindo as máximas conversacionais. No entanto, a violação das máximas pode ser intencional: se o que é dito não é o suficiente para depreender sentido, pode ser que o locutor esteja aparentemente desobedecendo uma ou mais máximas e, assim, constituindo implicaturas para as quais acredita que o interlocutor consiga perceber e inferir o sentido pretendido (GRICE, 1982). Ainda segundo Grice (1982), falar a verdade – ser cooperativo – é fácil, enquanto que inventar e manter mentiras – não ser cooperativo – exige um considerável esforço, uma ruptura radical do contrato tácito entre os partícipes do ato comunicativo.

Para (não) dar conta da mentira

Os ministros do governo Bolsonaro que mentiram no currículo. Este é o título da notícia assinada pelo portal da revista Exame, da editora Abril, publicada no site da revista pela jornalista Clara Cerioni, em 22 de maio de 2019, às 18h34min, e a partir daí compartilhada em

redes sociais, dentre estas o *Facebook*, de onde foi coletada para este estudo. O subtítulo da notícia, “olho” no jargão jornalístico, adianta que “Mestrados e doutorados imaginários, omissões convenientes e autoplágio estão entre as inconsistências reveladas em membros da equipe” do governo de Jair Bolsonaro.⁶

Dada a esfera midiática do texto em análise, convém considerar que Karam (2014) situa o jornalismo de mídia no atual cenário brasileiro de modo a revelar, de um lado, uma perda do “monopólio” da informação jornalística, e, de outro, a afirmar que o jornalismo ainda representa, no discurso, credibilidade e liberdade de imprensa. Segundo Karam,

[...] a informação jornalística não é mais – se é que algum dia foi – o principal produto oferecido aos veículos jornalísticos. No amplo espectro de interesses do campo da comunicação, o jornalismo é “mais um”, embora ele sirva, como discurso, para falar em “credibilidade” como fator central de tais mídias e para defender a “plena liberdade de imprensa”, tomando-se esta como liberdade de informações ou de negócios em quaisquer suportes tecnológicos. (KARAM, 2014, p. 201).

Dessa forma, Karam especifica qual é a base da credibilidade pública nas mídias: “As mídias públicas, as assessorias públicas e privadas, as mídias tradicionais que foram para a rede mundial de computadores, incluindo as redes sociais, estão na base na credibilidade contemporânea como referência pública comum”. (KARAM, 2014, p. 203).

Especificamente sobre a mentira no jornalismo, Lage (2005) afirma: “Tomada em sentido amplo, como supressão parcial da verdade, a mentira é rotineira e, em muitos casos, inevitável” (LAGE, 2005, p. 50). Na estrutura do texto informativo no jornalismo, Lage apresenta a mentira como uma estratégia, um ato deliberado:

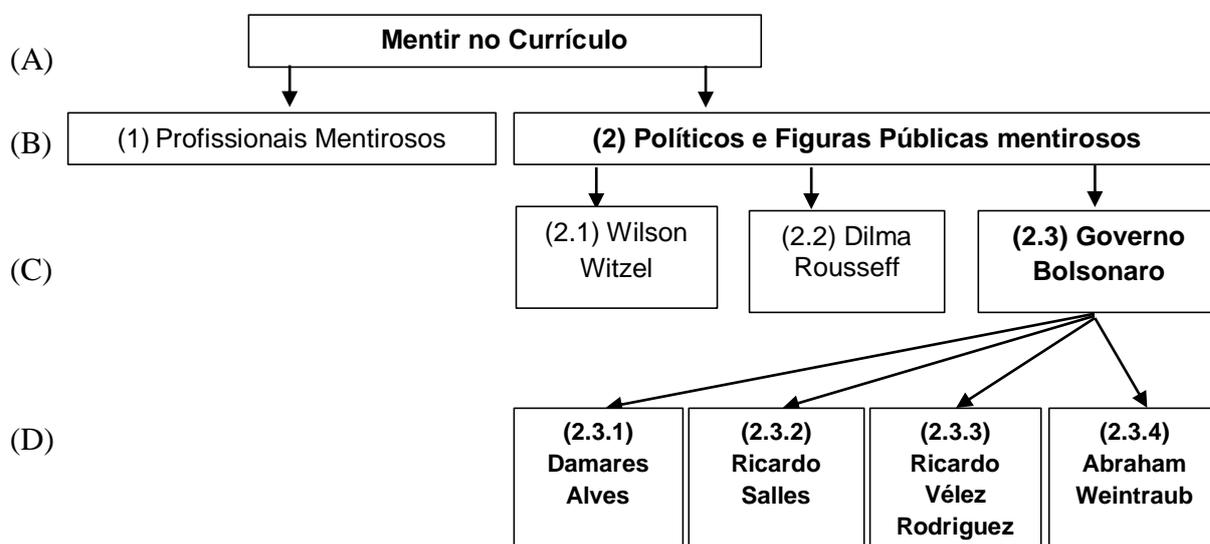
A mentira é, no mundo moderno, uma estratégia como outra qualquer: não resulta de engano nem é questão de crença. É um ato deliberado, que geralmente se apóia em desejo atribuído ao receptor: querer algo é o primeiro passo para se acreditar que esse algo existe. (LAGE, 2005, p. 49).

Partindo para a análise, e inicialmente fazendo uso do arcabouço teórico da LT, quanto ao tópico discursivo, propomos, conforme quadro 4, um plano hierárquico em quatro níveis tópicos (A, B, C e D), em que o nível mais alto (A) apresenta o supertópico, o tópico mais abrangente: “Mentir no currículo”.

⁶ A configuração do portal da Revista Exame não permite comentários para a notícia, mas a interação dos leitores é observada a partir do compartilhamento da notícia nas redes sociais, blogs e outros suportes midiáticos. Um exemplo desse compartilhamento está disponível em: <<https://www.facebook.com/323932337974376/posts/1254133784954222/>>. Acesso em 18 de dez. de 2021.

Considerando o nível (B), percebemos dois quadros tópicos: No primeiro, “(1) Profissionais Mentirosos”, ocorre uma ruptura tópica, tendo em vista que introduz que “No Brasil, mentir no currículo é algo praticado por cerca de 7 em cada 10 profissionais, de acordo com um levantamento da empresa DNA Outplacement” para, em seguida, tratar da mentira no currículo no campo político. Portanto, o tópico (1) é introduzido, mas não se desenvolve. Essa descontinuidade tópica denota uma estratégia da argumentação jornalística para conduzir o leitor ao tópico que será desenvolvido. Ou seja, ao considerar introdutoriamente que profissionais mentem no currículo, a jornalista, de certa forma, legitima a notícia que escancara profissionais com carreira política mentindo em seus currículos. Dessa forma, numa perspectiva linguística, a análise mostra uma organização textual estratégica da notícia, para reprovação da mentira e para a exposição dos mentirosos, evidenciando relações entre a forma de organização tópica e o gênero analisado.

Quadro 4 – Plano hierárquico de níveis tópicos



Já o segundo quadro tópico, “(2) Políticos e Figuras Públicas Mentirosos”, apresenta continuidade em três subtópicos, no nível (C): “(2.1) Wilson Witzel”, “(2.2) Dilma Rousseff” e “(2.3) Governo Bolsonaro”, que cumprem a função argumentativa de comprovar que “Políticos e figuras públicas, que não deveriam se surpreender de ter suas vidas vasculhadas, também não hesitam em florear suas experiências progressas”. Os subtópicos (2.1) e (2.2) sustentam o argumento de que “A prática [de mentir no currículo] atravessa campos políticos”, pois temos o Governador do Estado do Rio de Janeiro, eleito em 2018, pelo Partido Social Cristão (PSC) e a Presidente eleita em 2014, pelo Partido dos Trabalhadores (PT), como

exemplos que diferem em termos de ideologias partidárias e tempo de gestão pública, mas que se aproximam como políticos que mentiram em seus currículos. Não há, no entanto, um desenvolvimento posterior desses subtópicos.

Considerando-se o subtópico “(2.3) Governo Bolsonaro”, temos a sua divisão em quatro segmentos tópicos, no nível (D), que organizam a argumentação de que: “É comum que em começos de governo, os novos membros sejam confrontados sobre a veracidade das informações dos seus currículos. Em 2019, foi a vez dos ministros de Bolsonaro”. Temos, então, os segmentos tópicos “(2.3.1) Damare Alves”; “(2.3.2) Ricardo Salles”; “(2.3.3) Ricardo Vélez Rodriguez”; e “(2.3.4) Abraham Weintraub”, ministros do Governo Bolsonaro, e a descrição de como procederam de forma inverídica em seus currículos.

Concluindo a questão da topicalização, é possível percebermos, pela organicidade tópica, que a argumentação parte de um sentido mais amplo – a mentira no currículo do profissional no Brasil –, focaliza a esfera política e dá ênfase à mentira no Governo Bolsonaro, tendo em vista a recorrência do fato no currículo de quatro ministros do atual governo, cujas imagens de perfil, inclusive, ilustram a notícia logo após o título e o olho, além da própria referência no título. Inclusive, a fotomontagem que encabeça o texto noticioso exibe a legenda “Ministros: é comum que em começos de governo, os novos membros sejam confrontados sobre a veracidade das informações (Agência Brasil/AFP/Agência Brasil/Reuters/EXAME)”, sentença seguida do esclarecimento que verificar o currículo dos empossados de um novo governo é praxe do jornalismo com prerrogativa investigativa, ou seja, que não se trata de perseguição política, partidarismo, jornalismo tendencioso - acusações que maculam e servem de contra investida ao posicionamento de muitos jornais e jornalistas.

A intertextualidade é percebida em todo o texto noticioso porque a jornalista constrói seu projeto de dizer amparada em textos de outros jornais para dar conta de seu propósito comunicativo. Citamos como intertextualidade com relação de derivação os seguintes trechos, em que a jornalista apresenta parafraseados dados de outras instituições midiáticas que serviram de fontes para sua notícia: (1) quando, no primeiro parágrafo da notícia, os números estatísticos da empresa DNA Outplacement informam que 7 entre 10 profissionais brasileiros mentem no currículo; (2) quando a notícia do jornal O Globo é citada para reverberar a mentira do governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel; (3) quando o caso de Dilma Rousseff, que veio à tona no ano de 2009, pela revista Piauí, é evocado pela jornalista para então validar o argumento de que a mentira no currículo dos políticos transcende tempo e partido; (4) quando é afirmado que a mentira de Damare Alves tornou-se conhecida a partir da reportagem do

jornal Folha de S.Paulo; (5) quando o site da Intercept Brasil apurou junto a universidade Yale a mentira no currículo de Ricardo Salles, em fevereiro de 2019; (6) quando o site Nexo noticiou que Ricardo Vélez Rodriguez, então Ministro da Educação, errou 22 vezes em seu currículo Lattes e (7) quando foram reveladas inconsistências no currículo do ministro Abraham Weintraub pelo jornal Folha de S.Paulo.

Apresenta-se ainda como exemplo de intertextualidade de copresença explícita que o ministro Ricardo Salles se pronuncia numa rede social, em 24 de fevereiro de 2019, e esse pronunciamento é acessado e recortado em forma de imagem, compondo a notícia, para comprovar a sua mentira e posteriores explicações quanto a esse pronunciamento. Já como exemplo de intertextualidade de copresença implícita, podemos citar (1) o “esquecimento” de Vélez de citar Carlos Henrique Cardim, o organizador da obra “Formação e Perspectivas da Social-democracia”, título dado como de autoria de Vélez no currículo; e (2) os seguintes trechos de alusão às agências de notícias nacionais e internacionais, “Agência Brasil/AFP/Agência Brasil/Reuters/EXAME”, na legenda da fotomontagem, como uma espécie de referência indireta para a qual a jornalista conta com a capacidade de inferência do seu interlocutor leitor para completar o sentido de que todas essas entidades agem da mesma forma, ou seja, conferem as informações levadas a público por políticos e outras personalidades.

Se considerarmos, agora, alguns aspectos de referência, dando vista ao processo de categorização e recategorização, é interessante perceber a mentira como objeto de discurso, e como seu conteúdo é recategorizado pelo mentiroso como “mera ‘intenção’”, “ensino bíblico” e “equivoco da assessoria”, conforme grifos nossos, no quadro 5 a seguir, quando os ministros ou seus respectivos assessores tentam explicar o fato, e como a mentira é classificada pela jornalista como “mestrados e doutorados imaginários”, “omissões convenientes” e “autoplágio”.

O quadro 5, portanto, destaca fragmentos da notícia que objetivam comparar a mentira, a tentativa da desconstrução da mentira, ou a “verdade” apurada dos fatos, para percepção da referência e recategorização dada tanto pelos ministros quanto pela jornalista.

Quadro 5 - Recategorizações da mentira		
Ministro	Mentira	“Verdade”
Wilson Witzel	“parte de seu curso de doutorado na Universidade Federal Fluminense (UFF) foi realizado na universidade americana de Harvard”	“A assessoria informou que essa era uma mera ‘intenção’ do hoje governador, que nem chegou a se inscrever no processo do chamado ‘doutorado sanduíche’”
Recategorização	“mestrados e doutorados imaginários”	

Dilma Rousseff	“títulos de mestre e doutora em economia pela Unicamp”	“Na verdade, ela havia concluído os créditos mas não tinha nenhum dos diplomas por não ter defendido tese. A revelação veio à tona pela Revista Piauí, em 2009.”
Recategorização	“mestrados e doutorados imaginários”	
Dameres Alves	“‘mestre em educação’ e ‘em direito constitucional e direito da família’”	“seu título tem a ver com o ensino bíblico . ‘Diferentemente do mestre secular, que precisa ir a uma universidade para fazer mestrado, nas igrejas cristãs é chamado mestre todo aquele que é dedicado ao ensino bíblico ’”
Recategorização	“mestrados e doutorados imaginários”	

(Continua)

Quadro 5 - Recategorizações da mentira (continuação)		
Ministro	Mentira	“Verdade”
Ricardo Salles	“mestre em direito público pela Universidade Yale”	“Salles disse em seu Twitter que ‘a informação de 2012 foi veiculada erroneamente por um equivoco da assessoria ’”
Recategorização	“mestrados e doutorados imaginários”	
Ricardo Vélez Rodriguez	“ter citado como de sua autoria única o livro ‘Formação e Perspectivas da Social-democracia’”	“O ministro decidiu na ocasião não se pronunciar sobre as revelações”
Recategorização	“omissões convenientes”	
Abraham Weintraub	“dois artigos idênticos publicados em periódicos diferentes que exigem ineditismo do material – prática conhecida no meio acadêmico como autoplágio ”	-----
Recategorização	“autoplágio”	

Fonte: produção nossa

Os instrumentos da LT deixam evidentes, no plano hierárquico dos tópicos dos políticos mentirosos e na recategorização da mentira apurada pela jornalista, conforme quadro 5, que, além de transgressão da ética, os governantes mentirosos atentam contra a ciência, a educação e a universidade pública ao inflarem seus currículos com títulos e obras mentirosas que, mediante contestadas, foram convenientemente recategorizadas. Portanto, essas autoridades não demonstraram nenhum compromisso com valores para o bem-comum, como a verdade, a humildade e o respeito.

Quantos às máximas conversacionais, estabelecemos que, deliberadamente, todas as figuras públicas mencionadas na notícia como mentirosas de fato descumpriram máximas conversacionais. Portanto, temos, no quadro 6, o seguinte resultado para a violação das máximas do Princípio Cooperativo (GRICE, 1982).

Quadro 6 - Violação das máximas conversacionais do Princípio da Cooperação				
Político	Quantidade	Qualidade	Relação	Modo
Wilson Witzel	Informou além do que deveria estar no currículo.	Informou o que não podia comprovar.	Intenção de estudar não é relevante para currículo.	Não foi claro.
Dilma Rousseff	Informou além do que deveria estar no currículo.	Informou o que não podia comprovar.	Mestrado e Doutorado não defendidos não são relevantes para o Currículo	Não foi clara.
Dameres Alves	Informou além do que deveria estar no currículo	Informou o que não podia comprovar.	Ensino Bíblico não é relevante para o Currículo.	Não foi clara.
Ricardo Salles	Informou além do que deveria estar no currículo.	“A assessoria do Ministro” informou o que não poda comprovar.	Erros da assessoria não deveriam constar no Currículo.	“A assessoria” não foi clara.

(continua)

Quadro 6 - Violação das máximas conversacionais do Princípio da Cooperação (continuação)				
Ricardo Vélez Rodriguez	Informou menos do que deveria estar no Currículo	Informou o que não podia comprovar.	Coautores/organizadores de obras deveriam constar no Currículo.	Não foi claro.
Abraham Weintraub	Informou além do que deveria estar no currículo.	Informou ineditismo que não podia comprovar	Autoplágio não é relevante para o Currículo.	Não foi claro.

Fonte: produção nossa

Especialmente em relação ao fenômeno da mentira, Grice (1982) entende que a mentira pode ser uma implicatura, assim sendo uma violação proposital de uma ou de mais máximas conversacionais, para a qual o locutor espera que o interlocutor faça a inferência mais apropriada para construção do sentido pretendido pelo locutor, só que de uma forma indireta. Mas Grice (1982) aponta também que a mentira pode ser uma ruptura total do princípio cooperativo e que manter essa mentira exigirá grande esforço da parte do locutor. Parece-nos, nos casos em análise, que a mentira se encaixa na segunda explicação dada por Grice, pois as tentativas de justificar a mentira são malsucedidas e tornam tais explicações ainda mais descabidas para a situação, razão, inclusive, para dar origem à notícia em análise.

Sendo assim, a mentira no jornalismo, tal qual as apresentadas na notícia, mostra-se, de fato, como uma estratégia discursiva rotineira, e até inevitável para o fim que se pretende: que o leitor ou espectador – o cidadão – acredite na mentira como verdade. Entendemos que esta prática está diretamente relacionada ao conceito de “pós-verdade”, ou seja, "relativo a ou que denota circunstâncias nas quais fatos objetivos são menos influenciadores na formação da opinião pública do que apelos à emoção ou à crença pessoal" (G1, acesso em 29 de set. 2021). Aliado a isso, lembramos o crescente fenômeno de desinformação, do qual fazem parte as

chamadas “*fake news*” e que, junto a outros fenômenos de compartilhamento de informação falsa, atestam a crise moral da sociedade atual, a começar pelas autoridades.

Aplicando tal análise na esfera da educação, esta que é difusa, para além da sua condição formal e institucional, entendemos que é possível pensar ética na política da mesma forma que Freire (1996) pensa ética na docência em relação à formação científica, à correção ética, ao respeito aos outros, à coerência:

Mulheres e homens, seres histórico-sociais, nos tornamos capazes de comparar, de valorar, de intervir, de escolher, de decidir, de romper, por tudo isso, nos fizemos seres éticos. Só somos porque estamos sendo. Estar sendo é a condição, entre nós, para ser. Não é possível pensar os seres humanos longe, sequer, da ética, quanto mais fora dela. Estar longe ou pior, fora da ética, entre nós, mulheres e homens é uma transgressão. (FREIRE, 1996, p. 16).

E assim, entendemos ser necessário que profissionais, seja do jornalismo, seja da educação, não desvinculem atividades laborais e vida social. No caso de professores de língua materna, para além de ensinar convenções gramaticais da escrita e gêneros textuais, suportes e esferas de interação que materializam a comunicação humana, estes cidadãos-professores devem se comprometer e se posicionar ética e criticamente sobre o que é dito e o que não é dito no texto, sobre os valores que se mostram nocivos para a vida em sociedade e sobre as ideologias hegemônicas que se disfarçam e, assim, impregnam-se em práticas de toda ordem, promovendo a corrosão dos valores mais caros para o bem-estar social.

CONCLUSÃO

Este artigo promoveu uma reflexão sobre a importância dos valores numa sociedade e para a educação que se pretende formadora de cidadãos plenos, com base na axiologia filosófica e freiriana. No entanto, para refletir sobre a crise moral que assola essa sociedade, a partir dos exemplos de seus governantes, o estudo debruçou-se sobre uma notícia jornalística que aponta várias personalidades políticas como mentirosas a partir da verificação de seus currículos por veículos midiáticos.

Na análise proposta, foram considerados autores da Filosofia da Educação, da LT, da Pragmática e também de alguns estudiosos da esfera jornalística, a fim de evidenciar a crise ética na política, com o emprego da mentira, sem a pretensão de esgotar o fenômeno apurado

nos noticiários e tão recorrente em muitas outras esferas da sociedade, mas evidenciando o mal exemplo dos políticos para a sociedade.

Como conclusão, numa perspectiva linguística, o tópico discursivo e a intertextualidade serviram de estratégias argumentativas para a proposição de sentido pelo jornalismo com vistas a certos resultados, no caso, enfatizar a mentira e os mentirosos. E mais, apesar das limitações desta análise, é possível perceber que a LT e a Pragmática podem contribuir com o Jornalismo para que, na interseção destas ciências, tenhamos profissionais melhor preparados para redigir, interpretar e analisar as notícias, a fim de, para além do objetivo de informar, possam comunicar, de forma imparcial e cooperativa, com o leitor e a sociedade em geral.

Numa perspectiva sociopolítica, o processo de conscientização de valores deve fazer a conexão escola e vida, para se viver segundo princípios na sociedade. Assim, ao mesmo tempo em que a ética precisa fazer parte da formação política do aluno para que, como cidadão, ele seja capaz de (co)administrar a cidade para o bem-comum, espera-se que os políticos e governantes tenham essa formação e sejam exemplos de cidadania para os educandos, o que o fato noticioso contradiz, ilustrando uma crise moral na política brasileira.

Por fim, numa perspectiva educacional, é preciso que instituições e educadores comprometidos com o ideal crítico e democrático, desempenhem, na prática pedagógica, o seu papel ético, não mediante aulas de moral, mas pelo necessário exercício da interação dialógica e da respeitosa convivência humana, com vistas à formação de um cidadão autônomo e de uma sociedade democrática.

É possível ampliar esse estudo linguístico sobre a mentira em ambientes de grande visibilidade social, como na mídia e na política, aprofundando o entendimento do contexto de “desordem da informação”, percebidos, segundo a Unesco (2019), nos formatos de “informação incorreta”, “desinformação” e “má-informação”, e o impacto desse alcance dentro e fora da sala de aula. Outros autores da Linguística Textual, além dos utilizados, e de outras disciplinas, como a Pragmática e a Análise Crítica do Discurso, certamente podem contribuir com essa expansão. No entanto, esperamos que o apresentado até aqui instigue, para além de pesquisas, a prática valorativa na vida social e na esfera da educação.

No ano do primeiro centenário do nascimento de Paulo Freire (1921-2021) – patrono da educação brasileira –, este artigo confirma a importância de uma educação dialógica e de professores críticos para a formação de uma nação democrática. Concluímos, pois, com a necessária renovação da prática educativa conforme Freire (1986): ainda que a transgressão dos princípios éticos seja uma possibilidade, não podemos aceitar que seja virtude.

Referências

ARANHA, M. L. A. *Filosofia da Educação*. 2ª Ed. São Paulo: Moderna, 1989.

BONINI, A. Mídia / suporte e hipergênero: os gêneros textuais e suas relações. *RBLA*, Belo Horizonte, v. 11, n. 3, p. 679-704, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbla/v11n3/05.pdf>>. Acesso em 13 de jun. 2019.

CAVALCANTE, M. M. Abordagens da argumentação nos estudos de Linguística Textual. *ReVEL*, edição especial vol. 14, n. 12, 2016. [www.revel.inf.br].

_____. *Os sentidos do texto*. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2014.

FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia* : Saberes necessários à prática educativa. 30ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

G1. 'Pós-verdade' é eleita a palavra do ano pelo Dicionário Oxford. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/pos-verdade-e-eleita-a-palavra-do-ano-pelo-dicionario-oxford.ghtml>>. Acesso em 29 de set. 2021.

GRICE, P. Lógica e conversação. In.: DASCAL, M. (Org.) *Fundamentos metodológicos da linguística*. vol. IV, Campinas: s. ed., 1982.

JUBRAM, C. C. A. S. Tópico Discursivo. _____; KOCH, I. G. V. (Org.). *Gramática do Português Culto Falado no Brasil*: Volume I – Construção do texto falado. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006, p. 89-132.

KARAM, F. J. C. *Jornalismo, ética e liberdade*. São Paulo: Summus, 2014.

KOCH, I. G. V. O desenvolvimento da Linguística Textual no Brasil. *DELTA* 15 Vol. 15, N.º ESPECIAL, 1999, p. (165-180). Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-44501999000300007>>. Acesso em 29 de set. 2021.

_____. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. *Introdução à linguística textual: trajetória e grandes temas*. São Paulo: Contexto, [2004] 2015. 173 p.

LAGE, N. *Teoria e técnica do texto jornalístico*. 7ª ed. 2ª reimp. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

MARQUESI, S. C.; PAULIUKONIS, A. L.; ELIAS, V. M. (Org.). *Linguística Textual e ensino*. São Paulo: Contexto, 2017.

REVISTA EXAME. *Os ministros do Governo Bolsonaro que mentiram no currículo*. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/os-ministros-do-governo-bolsonaro-que->

mentiram-no-
curriculo/?fbclid=IwAR3URvbaCZZGuoMy6_sQF6zd4avIVvzjyPdYjPGjCWIfqKxVciO5stj
ORI>. Acesso em 02 de jun. 2019.

UNESCO. *Jornalismo, Fake News & Desinformação*: Manual para educação e treinamento
em jornalismo. Série UNESCO sobre Educação em Jornalismo, 2019, 130 p. Disponível em:
<<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000368647/PDF/368647por.pdf.multi>>. Acesso
em 18 de dez. 2021.